

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

**22^a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**FÓRUM DE PESQUISA 22:
A QUESTÃO ÉTICA, AS INTERVENÇÕES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
ANTROPOLÓGICO EM CONSULTORIAS CONTRATADAS.**

**Coordenadores:
Cecília Maria Vieira Helm (UFPR)
Sílvio Coelho dos Santos (UFSC)
Maria Rosa Catullo (UNLP)**

O número de antropólogos no Brasil tem aumentado consideravelmente nos últimos anos e proliferado os Cursos e Programas de Pós-Graduação em Antropologia que estão credenciados para atuar e preparar profissionais.

A Antropologia como campo de trabalho está bem diversificada. Antropologia e Desenvolvimento é uma disciplina nova e faz parte das optativas dos Programas de Pós-Graduação. Muito já se escreveu se esta disciplina pode ser considerada ciência. Pensam alguns, trata-se de Antropologia Aplicada. Há um reconhecimento que se trata de um campo de trabalho que gera conhecimentos, métodos e conceitos.

Os antropólogos contemporâneos vêm sendo convidados a elaborar Laudos antropológicos para o Ministério Público Federal, para a Fundação Nacional do Índio, para empresas públicas e privadas. Estes órgãos necessitam de etnografias bem elaboradas, para serem incorporadas nos processos que tratam sobre Povos Indígenas e Projetos de "desenvolvimento," programados para serem implantados em Terras Indígenas.

Os estudos sobre populações ribeirinhas, caboclos, parceiros, pequenos produtores e de populações de áreas urbanas ameaçadas por tais projetos são campo de trabalho de antropólogos. Atuam também em consultorias contratadas pelo setor elétrico para a produção de EIA-RIMAS.

Os antropólogos são convidados para emitir pareceres em laudos periciais que tratam sobre disputas de terras indígenas na Justiça Federal. Atuam na defesa do patrimônio cultural e em Conselhos de Cultura, do Patrimônio Cultural e Artístico e de Educação Indígena, vinculados às Secretarias de Estado da Cultura e da Educação.

Organizações Não Governamentais contratam antropólogos para orientar as ações dos movimentos políticos organizados.

A ABA tem organizado Seminários, Encontros, Fóruns que trataram dessas questões e em diversas oportunidades os textos discutidos foram reunidos em livros : Desenvolvimento e

Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo organizado por Arantes, A.; Ruben, G. e Debert, G. (1990); A Perícia antropológica em Processos Judiciais, organizado por Silva, O. Luz, L. e Helm, C. (1992) e A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil, Helm, C. (coord) et alli, 1994.

As contribuições de João Pacheco de Oliveira sobre Indigenismo e Territorialização, poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo (org.), 1998 e A viagem da volta, etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena (1999) reúnem trabalhos que tratam sobre processos de Identificação e Delimitação de Terras que envolvem antropólogos contratados pela FUNAI para elaborar relatórios e pareceres.

Os textos fazem a crítica às normas e procedimentos do indigenismo oficial que contrariam a tradição da antropologia em produzir conhecimentos dentro da formação acadêmica competente. Os prazos estipulados para a elaboração desses trabalhos são curtos para uma produção detalhada e séria.

O trabalho do antropólogo fica sujeito ao acompanhamento e participação de técnicos nem sempre preparados para atuar nos processos e lideranças indígenas participarem e muitas vezes são contrárias ao trabalho etnográfico detalhado, esperando resultados práticos com rapidez nem sempre possíveis no trato de questões complexas, em que há confrontos de opiniões e as intervenções dos antropólogos nem sempre são apoiadas pela maioria dos atores envolvidos.

O trabalho de Ramos, A : O antropólogo como ator político colocou questões pertinentes que necessitam ser retomadas em oportunidades de debates, como o fórum da ABA.

Os ensaios de R. Cardoso de Oliveira (1990) sobre Práticas Interétnicas e Moralidade, sobre Indigenismo, Moralidade e o Diálogo Interétnico (1997) e Sobre o Diálogo Intolerante (1998) tratam da questão da ética e são contribuições primorosas para o entendimento de questões tão complexas.

As contribuições apontadas mostram a importância da ética e a nossa proposta inclui as intervenções antropológicas nas discussões do fórum.

A IMPLANTAÇÃO DA UHE MACHADINHO NUM CENÁRIO PRIVATIZADO: UM CASO PARA REFLEXÃO.

Sílvio Coelho dos Santos (UFSC)
Aneliese Nacke (UFSC)

Intenta-se resgatar a trajetória do projeto da UHE Machadinho, integrante de um conjunto de hidrelétricas definido nos anos setenta, para ser implantado no trecho nacional da Bacia do rio Uruguai, com vistas a compreensão das implicações do processo de privatização do setor elétrico brasileiro frente às populações indígenas afetadas pelo empreendimento. O longo período de tempo entre a proposta inicial de construção dessa UHE (1978) e o início da sua implantação (1998), permite a percepção de efeitos deletérios particulares a partir da utilização de novos conceitos, tais como: **impacto global**, **perturbações laterais** e **direito difuso**. Permite, também, a melhor compreensão da importância do trabalho do antropólogo e de suas responsabilidades éticas.

INTERVENÇÕES ANTROPOLÓGICAS, ÉTICA E DIÁLOGO ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS.

Cecília Maria Vieira Helm (UFPR)

A responsabilidade do antropólogo que presta consultoria para Empresas do setor elétrico, para Institutos do Meio Ambiente, para o Ministério Público Federal, para Bancos de Investimento tem sido motivo de debates na Academia. A minha contribuição para este Fórum aborda a experiência em redigir Laudo antropológico, para atender solicitação da Companhia Paranaense de Energia, para elaborar uma etnografia sobre os Povos Guarani e Kaingang da Bacia do rio Tibagi, PR. O estudo realizado com a participação das autoridades e professores indígenas contém informações sobre os Projetos Hidrelétricos da COPEL e de seus sócios, para o aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do rio Tibagi. Analiso o processo de consulta aos índios sobre a implantação ou não dos empreendimentos, conforme determina a CF/88. O diálogo interétnico está acontecendo e através da análise processual procuro dar conta de interpretar as relações de poder que são hierarquizadas. A intervenção do antropólogo implica em procedimentos éticos que necessitam ser discutidos com seriedade em fóruns dessa natureza.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSULTA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS EM PROJETOS HIDRELÉTRICOS.

Mírian Regini Nutt (ELETROBRÁS)

A prática de consulta às populações afetadas por projetos de infra-estrutura vem sendo observada há cerca de uma década no Brasil e em outros países da América Latina,

permitindo, ainda que preliminarmente, registrar algumas questões. Dispositivos legais e mecanismos institucionalizados nas estruturas dos organismos estatais estabeleceram a possibilidade de participação, em particular das comunidades indígenas, antes mesmo da decisão de implantação do projeto. Em que pesem os esforços das partes envolvidas, para a efetivação de processos transparentes e democráticos de consulta e participação, as experiências de planejamento e implantação de projetos hidrelétricos, permitem problematizar as condições e pressupostos dos mesmos. Este paper pretende discutir essa problemática à luz dos documentos legais e institucionais sobre participação, das experiências brasileiras na Bacia do rio Tibagi e da Costa Rica, para as terras indígenas Cabecar e Bríbi.

OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DOS CAMPOS DE LAGES E AS HIDRELÉTRICAS DO VALE DO URUGUAI.

Neusa Maria Bloemer (UFSC)

O trabalho está voltado para o estudo sobre uma população camponesa que vive em dois municípios catarinenses, Anita Garibaldi e Celso Ramos, localizados no Planalto Catarinense, que terá parte de seu território requisitado para a implantação de hidrelétricas integrantes do “Projeto Uruguai”. Através da etnografia foi reconstituída a história da ocupação da área e registrado o modo de vida desta população, que se apresenta étnicamente distinta, constituída de “caboclos” e “italianos”. O estudo etnográfico contempla a caracterização de suas estratégias de reprodução social. Através da análise da construção de sua identidade social relacionada à reprodução social foi possível constatar a reação da população camponesa à migração compulsória imposta pela implantação das hidrelétricas.

ESPAÇOS VIVIDOS E MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA: A EXPERIÊNCIA DE REASSENTAMENTO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ALTO URUGUAI (BRASIL).

Maria José Reis (UFSC)

A presente comunicação tem por objetivo relatar e refletir sobre o modo como pequenos produtores rurais, auto-identificados como “colonos”, deslocados dos espaços requisitados para a instalação da UHE de Itá, que está sendo implantada no rio Uruguai (SC/RS), vivenciaram o processo de reassentamento em regiões distantes e diferentes de sua região de origem. Para tanto, apresenta, em primeiro lugar, o projeto dos reassentamentos em duas glebas distintas, Marmeleiro/Pr e Campo Erê/SC, bem como as condições de sua elaboração, destacando as expectativas e a atuação da empresa estatal, ELETROSUL, responsável por esse processo e da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), representante dos colonos. Em segundo lugar, trata dos desafios, frustrações e

conquistas dos reassentados, vivenciados na reconstrução e recriação dos novos espaços, tanto físicos, quanto sociais.

PROVOCAR A DÚVIDA: SERIA ESTA A FUNÇÃO DA ANTROPOLOGIA NA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Marta Jardim (UFRGS/NACI)

O trabalho é uma reflexão sobre a relação estabelecida entre a produção acadêmica e produção da política pública. O contexto que provocou a reflexão foi a criação de uma Núcleo de Pesquisa, coordenado por duas antropólogas, numa instituição estadual de atendimento ao jovem em conflito com a Lei. Através da execução de duas pesquisas - que analisam, uma as representações dos agentes de atendimento direto sobre a política proposta e, a outra, as representações dos agentes institucionais promotores da política sobre os usuários desta - propõem-se a problematizar o lugar do discurso produzido pela política e pela academia. Provocar a dúvida e refletir sobre os pressupostos seriam os efeitos produzidos por/ e a ambas instituições neste encontro?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NOS ESTUDOS DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS.

Magali C. S. Pereira (UEL)

Resumo: O impacto psíquico engendrado pelas ações preliminares necessárias a viabilização de projetos de construção de usinas hidrelétricas, envolvendo populações indígenas, implica no surgimento de aspectos não dimensionados, mas que urgem ser considerados sob o risco de imporem novas penas a esses povos. O envolvimento dos que vivem condições adversas sistemáticas ao se depararem com projetos de grande porte ocorre de tal modo que acabam por força das circunstâncias, introduzindo no seu universo simbólico planos, sonhos, ansiedades, receios e desejos. A distância entre os problemas da vida cotidiana e a projeção de vidas que magicamente melhorariam com a aprovação das usinas, ao lado de perdas significativas da cultura, coloca esses povos indígenas em situações de estresse. Tais questões necessitam ser discutidas em fóruns dessa natureza para uma avaliação das políticas públicas.

O PAPEL DO ANTROPÓLOGO JUNTO A INSTITUIÇÕES DE INTERVENÇÃO: CIVILIZAR CIVILIZADOS?

Heloisa Paim (UFRGS/NACI)

Este estudo pretende refletir acerca do papel do antropólogo como intermediário entre agentes interventores do Estado e população atendida. Tal reflexão decorre da experiência de assessoria antropológica a um programa da Política de Assistência Social do município

de Porto Alegre. Este programa tem como público alvo famílias da periferia cujas crianças e adolescentes estão, segundo a instituição, em “situação de risco”. O acompanhamento antropológico revelou a existência de conflitos que permeiam a interação entre estes sujeitos: seja pelas experiências sociais distintas, seja por contradições internas às próprias políticas. Frente às frustrações e acusações mútuas, questiono as possibilidades e limites do olhar antropológico neste contexto. Proponho refletir quanto a nossa contribuição nesse campo de disputas entre pretensões universalistas (políticas públicas) e inevitáveis particularismos (agentes interventores e atendidos).

OS PROJETOS DE GRANDE ESCALA E A QUESTÃO ÉTICA. ANÁLISE DE CASOS NO MERCOSUL.

Maria Rosa Catullo (UNLP)

Através das investigações de campo realizadas em diferentes pequenas cidades da Argentina, Uruguai e Brasil analisei distintos segmentos socio-econômicos envolvidos em processos de reassentamento, em consequência da construção de usinas hidrelétricas, concebidas como Projetos de Grande Escala. Estes setores, por sua vez, se interrelacionam e confrontam ou participam do processo de realocização de acordo com sua agência (Giddens). Entendo que a relação antropólogo/sociedades analisadas não é neutra e isto apresenta um dilema ético a resolver. No presente trabalho analisarei minha relação com esses diferentes segmentos sociais, enfatizando a questão ética, na forma em que enfrentei o dilema ético, que está presente na investigação de campo e no processamento dos dados.

POVOS INDÍGENAS E PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO ESTADO DO PARANÁ.

Paulo Procópio Burian (COPEL/SENMAM)

Airton Laufer Júnior (COPEL/SENMAM)

As mudanças na legislação referentes a licenciamento sócio-ambiental ocorridas a partir da década de 1980 obrigaram as empresas do setor elétrico a adequar os seus procedimentos de modo a tornar o processo de implementação de seus empreendimentos o mais transparente possível, dando a devida importância às questões étnicas, sociais e ambientais. Neste contexto, a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, desde que obteve autorização para elaborar os estudos de viabilidade das usinas hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo, na Bacia do rio Tibagi, no Estado do Paraná, contratou especialistas, visando a elaboração de estudos que tratassem sobre a singularidade dos povos indígenas, eventualmente atingidos e dos impactos que os empreendimentos podem causar nas terras e modos de vida desses povos. Um dos objetivos tem sido repassar todas as informações, de forma transparente, para que as comunidades fiquem informadas sobre os impactos e

possam decidir de acordo com a Constituição Federal de 1988, se aprovam ou não, a implantação das usinas e suas conseqüências ambientais e sociais.

RELAÇÕES SOCIAIS E PROCESSO DECISÓRIO NA ÁREA INDÍGENA SÃO JERÔNIMO/PR.

Letícia de Paiva Rothen (UFPR)

No projeto sobre Hidrelétricas, Privatizações e os Indígenas no contexto do Mercosul, coordenado pelo Professor Dr. Sílvio Coelho dos Santos, a parte que trata sobre os Povos Indígenas e as Usinas Hidrelétricas, projetadas pela COPEL, para a Bacia do rio Tibagi está sob a responsabilidade da Professora Dra. Cecília Maria Vieira Helm. Investigo, na qualidade de bolsista IC CNPq, vinculada ao Projeto, o caso da Área Indígena São Jerônimo, que pode ser afetada pela UHE Cebolão. A Área apresenta uma população de 358 habitantes e é composta por três etnias indígenas: Kaingang, Guarani e Xetá. Observo que a discussão sobre as usinas e possíveis impactos fica restringida ao círculo das lideranças indígenas, sendo objetivo do meu trabalho compreender o modo como se articulam as representações das diferentes etnias a respeito da centralização do processo decisório e de temas como o projeto das usinas; o papel do antropólogo, como um dos mediadores das discussões sobre o projeto da usina.

TERRA INDÍGENA TOLDO IMBU E OS EMPREENDIMENTOS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA DO RIO URUGUAI.

Maria Elizabeth Brêa Monteiro (Museu do Índio/FUNAI)

Em 1998, coordenei o GT: Identificação e Delimitação da TI Toldo Imbu. Trata-se de uma área Kaingang, com 2.218 has, localizada na margem esquerda do rio Chapecó, município de A. Luz, no oeste de S. Catarina. Os Kaingang reivindicam há vários anos, a demarcação dessa terra. Dentre vários pontos abordados no trabalho, gostaria de ressaltar a questão do aproveitamento hídrico, com fins energéticos da Bacia do rio Uruguai, em especial, dos rios Chapecó e Chapecózinho e o plano de implantação de usinas na região. A partir de levantamentos realizados, verifica-se uma série de usinas programadas nesses rios. A proposta consiste em discutir no Fórum, a partir do caso da TI Toldo do Imbu, o processo de implantação de empreendimentos hidrelétricos de dimensões variadas, na região do rio Uruguai e as formas de gerência com base na legislação em vigor, em particular, da Lei n. 8.987/95 que cria condições, para maior participação de capitais privados e introduz a competição na construção de novos projetos, e de experiências anteriores de formulação de diretrizes para uma política de tratamento da questão indígena para o setor elétrico.